

# Na mira da fiscalização

LUÍSA MEDEIROS

DA EQUIPE DO CORREIO

**N**ovo cerco à retirada irregular de água no Lago Paranoá. A partir da semana que vem, agentes da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Polícia Ambiental e Delegacia de Meio Ambiente (Dema) farão uma varredura nas casas às margens do lago. O alvo será os sistemas de captação clandestina construídos pelos moradores. Dentro das estruturas de tijolo e concreto, quase sempre encobertas com vegetação e próximas a píeres, estão bombas de sucção e tubulações que invadem o espelho d'água. O recurso hídrico é usado em atividades domésticas como a irrigação de jardins luxuosos e lavagem de quadras de esportes. Após uma volta pelos lagos Sul e Norte, na quinta-feira, o **Correio** flagrou 16 instalações clandestinas.

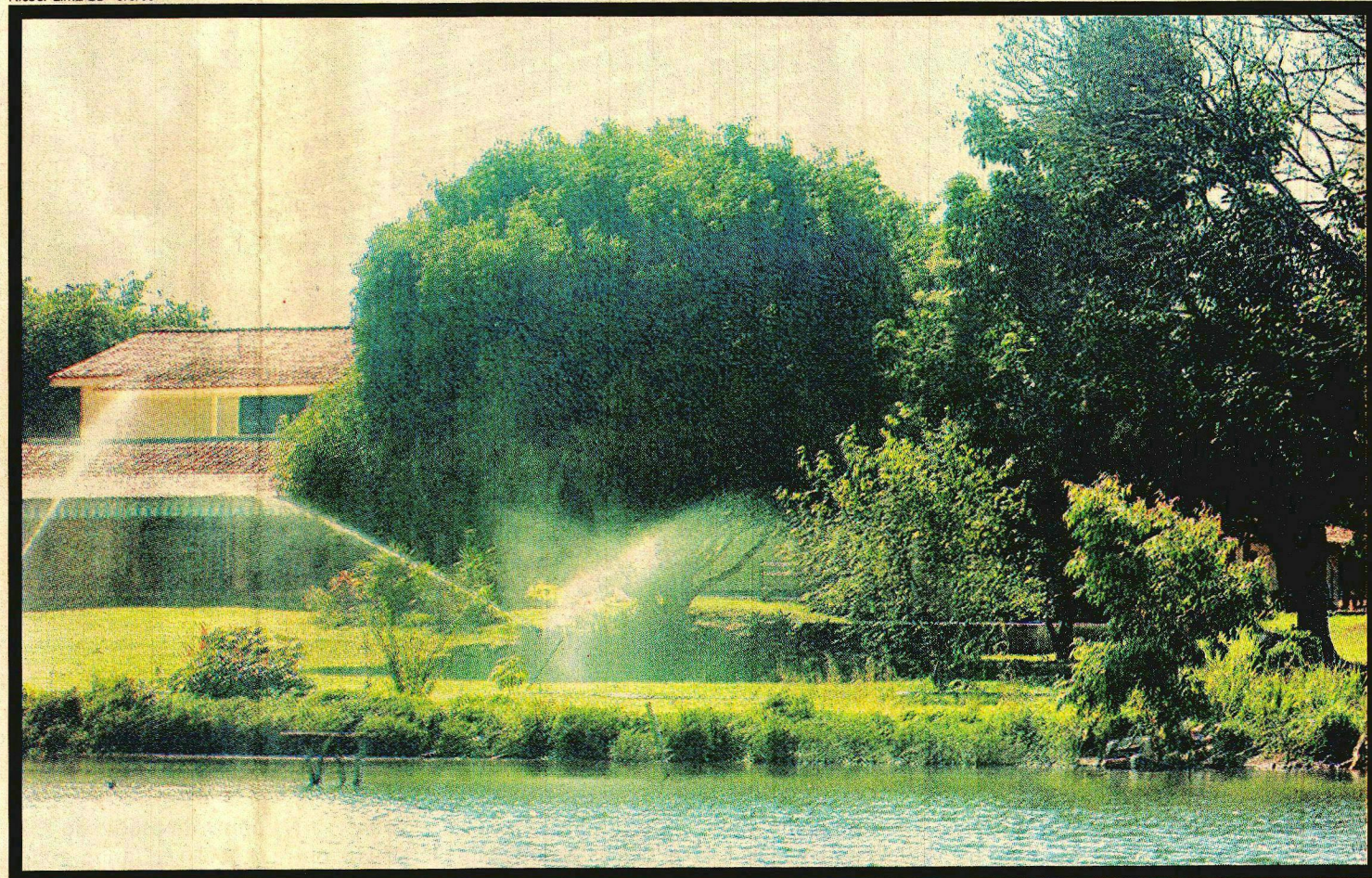
A ilegalidade será vistoriada e comparada com o último levantamento feito pelos órgãos do governo local. "Vamos identificar se as construções são novas ou se já existiam", diz o subsecretário de Recursos Hídricos, Pedro Celso Antonieto. Em novembro do ano passado, 62 casas em pontas de picolé tinham sistemas clandestinos de captação de água — cinco no Setor de Mansões do Lago Norte e 57 no Lago Sul.

Fiscais da Semarh notificaram os proprietários a retirar as construções. A ação também foi motivada por denúncia feita pelo **Correio**. Só na Península dos Ministros (QL 12 do Lago Sul) havia sete endereços com os equipamentos. Segundo Pedro Celso, desde a emissão das notificações, 81% das bombas e tubulações à beira do Lago Norte foram retiradas. Na orla do Lago Sul, esse índice gira em torno de 85%.

Dois dos 16 sistemas clandestinos flagrados pelo **Correio** são recentes, ambos estão na QL 6 do Lago Norte. É o que garante o subsecretário Pedro Celso. Os equipamentos instalados em uma casa da Marinha, na QL 12 do Lago Sul, são antigos. Um capitão de fragata, identificado apenas como Barbosa, do 7º Comando do Distrito Naval, respondeu ontem à noite, por e-mail, que a retirada da água no local é regular.

No entanto, a Semarh e a Agên-

Kleber Lima/CB - 3/8/06



AS TUBULAÇÕES IRREGULARES GARANTEM ÁGUA SUFICIENTE PARA MANTER VERDES OS JARDINS DAS MANSÕES, MESMO DURANTE A SECA

cia Reguladora de Água e Saneamento (Adasa) não têm concedido permissão para o abastecimento com água do Paranoá. Pedro Celso alerta que os responsáveis pelas irregularidades serão penalizados (veja quadro).

## Cota

Durante a seca, o volume d'água no Paranoá diminui por conta da falta de chuva, redução dos afluentes e evaporação da água devido ao calor intenso. Assim, as tubulações que ligam o espelho d'água aos gramados das mansões dos bairros mais nobres do DF tornam-se mais visíveis. Por conta da Usina Hidrelétrica do Paranoá, cabe à Companhia Energética de Brasília (CEB) responder pelo controle do nível do lago.

Segundo o diretor da CEB-Geração, Hamilton Naves, a cota do reservatório varia de 999,5m a 1.080m ao longo do ano. No período de seca, é normal que baixe até 70cm do nível máximo. Atualmente, a cota está em 1.030m. "A marca está dentro do previsto, mas é claro que nos preocupamos com a captação irregular de água

## PRÓXIMOS PASSOS

Agentes da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Polícia Ambiental e Delegacia de Meio Ambiente (Dema) farão um pente-fino nas casas às margens do Lago Paranoá. O alvo serão as 16 captações clandestinas de água flagradas pelo **Correio**. Veja quais são as penalidades previstas:

### Notificação

É o auto de constatação do crime. O sistema de captação é embargado e o proprietário obrigado a retirar a obra em até 30 dias.

### Multa

Caso não cumpra, o morador é multado e obrigado a retirar

a obra. A multa inicial é de R\$ 2, 8 mil.

### Reincidência

Se a irregularidade já tiver sido constatada anteriormente, o morador paga o dobro da multa e as bombas são retiradas pela fiscalização.

durante a seca. Se todos os moradores fizerem isso, pode atrapalhar o controle do nível da água e a geração de energia", alerta ele.

A autorização para explorar o recurso hídrico do Lago Paranoá é dada pela Agência Reguladora de

Água e Saneamento (Adasa). Apenas dois pedidos para concessão de outorgas foram feitos desde 2004, quando foi criado o órgão, afirma o diretor David de Matos. Mas os documentos não foram concedidos porque falta regula-

mentar a recente norma, aprovada em março deste ano, que permite a ocupação de áreas de proteção permanente (APPs). Pelo Código Florestal, a faixa de até 30m da orla de córregos, rios e lagos artificiais não poderia ser ocupada. Mas a resolução 369, do Conselho Nacional de Meio Ambiente, permite a construção de canos para captação de água. "Aguardamos a regulamentação da norma e a posição dos órgãos ambientais locais", diz o diretor da Adasa.

Para o coordenador do Núcleo de Estudos Ambientais da Universidade de Brasília (UnB), Gustavo Souto Maior, o uso privado da água é um grave desrespeito à legislação ambiental e ao Lago Paranoá. "O abuso compromete a preservação e contribui para o assoreamento do lago", salienta. O professor de arquitetura e urbanismo da UnB, Frederico Flósculo, defende a urbanização da orla para acabar com as ilegalidades. "Se houvesse uma ciclovia ao longo dos 100km do perímetro do lago, não haveria ocupações em APPs, e, tampouco, captações ilegais de água."